



DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v19.i1.8660872>

Artigo Original

## Educação e lazer: reflexões sobre o PNE e a BNCC à luz da pedagogia histórico crítica

*Education and leisure: reflections on Brazilian documents (PNE and BNCC) in  
the light of critical historical pedagogy*

*Educación y ocio: reflexiones sobre documentos brasileños (PNE y BNCC) a la  
luz de la pedagogía histórica crítica*

Luciene Ferreira da Silva<sup>1</sup> 

### RESUMO

**Objetivo:** A Educação e o lazer na sociedade capitalista neoliberal se apresentam como práticas restritas para a classe trabalhadora. Este artigo versa sobre a educação, o lazer, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, buscando refletir sobre os espaços políticos de atuação, neste momento histórico, considerando as urgências decorrentes das mudanças na organização do trabalho, na economia e na política, no Brasil. A Educação dualista favorece a formação dos estudantes dos estratos menos empobrecidos e desfavorece a educação para e pelo lazer na escola e fora dela, para os estudantes da classe trabalhadora. Os trabalhadores não são educados para o lazer e nem para reivindicar a participação social em programas de lazer. **Metodologia:** O materialismo histórico-dialético foi utilizado para conhecer a dialética do real, a partir da realidade social, por meio da práxis. Os procedimentos da pesquisa pautaram-se por revisão bibliográfica e análises documentais. **Resultados:** Os resultados mostram o avanço das políticas neoliberais, com desestruturação do trabalho que impacta a sociedade como um todo. **Considerações finais:** As metas e estratégias do PNE se perdem na BNCC, mas podem ser abordadas a partir da Pedagogia Histórico Crítica, como teoria educacional crítica não reprodutivista, corroborando para o processo de transformação necessário, da organização social vigente, para viabilizar a educação e o lazer de qualidade para a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Educação. Lazer. Plano Nacional de Educação (Brasil). Base Nacional Comum Curricular. Políticas Públicas.

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Departamento de Educação, Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Educação e Jogo, Bauru- SP, Brasil.

#### Correspondência:

Luciene Ferreira Silva. FC/UNESP. Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085, Núcleo Res. Pres. Geisel, Bauru - SP, CEP 17033-360. Email: [silvalucienef@gmail.com](mailto:silvalucienef@gmail.com)



## ABSTRACT

**Objective:** This article deals about education, leisure, the National Education Plan - PNE (2014-2024) and the National Common Curricular Base - BNCC, seeking to reflect on the spaces of action, in this historical moment, considering the urgencies resulting from changes in work organization, in economics and politics, in Brazil. Dualistic education favors the training of students from the least impoverished strata and doesn't favour the education for leisure at school and beyond, for students of the working-class students. The workers are not educated for leisure or to claim social participation in leisure programs. **Methodology:** The dialectical historical materialism was used to understand the dialectic of the real and of the social reality, through praxis. It were used bibliographic review and documentary analysis as methodological procedures. **Results:** The results show the advance of neoliberal policies, with the disruption of work that impacts all society. **Final considerations:** The goals and strategies of the PNE are lost in the BNCC, but can be approached from the Critical Historical Pedagogy, as a not reproductive critical educational theory, corroborating the necessary transformation process, of the current social organization, to make education and leisure of critical possible for the working class.

**Keywords:** Education. Leisure. National Education Plan (Brazil). National Common Curricular Base. Public Policies.

## RESUMEN

**Objetivo:** Este artículo discute sobre la educación, el ocio, el Plan Nacional de Educación - PNE (2014-2024) y la Base Nacional Común Curricular - BNCC, buscando reflexionar sobre los espacios de acción, en este momento histórico, considerando las urgencias derivadas de cambios en organización del trabajo, en economía y política, en Brasil. La educación dualista favorece la formación de estudiantes de los estratos menos empobrecidos y desfavorece la educación por el y para el ocio en la escuela y fuera de ella, para los estudiantes de clase trabajadora. Los trabajadores no son educados para el ocio o para reclamar participación social en programas de ocio. **Metodología:** El materialismo histórico dialéctico sirvió para comprender la dialéctica de lo real y de la realidad social, a través de la praxis. Se utilizó la revisión bibliográfica y el análisis documental como procedimientos metodológicos. **Resultados:** Los resultados muestran el avance de las políticas neoliberales, con la interrupción del trabajo que impacta a la sociedad en su conjunto. **Consideraciones finales:** Los objetivos y estrategias del PNE se pierden en el BNCC, pero pueden abordarse desde la Pedagogía Histórica Crítica, como una teoría educativa crítica no reproductiva, corroborando el necesario proceso de transformación, de la organización social actual, para hacer posible la educación y el ocio de un punto de vista crítico para la clase trabajadora.

**Palabras Clave:** Educación. Ocio. Plan Nacional de Educación (Brasil). Base Nacional Común Curricular. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A Educação e o lazer na sociedade capitalista neoliberal se apresentam como práticas restritas para a classe dos trabalhadores, sendo necessário analisar as contradições decorrentes do processo histórico.

A abordagem do lazer, enquanto objeto se dará pela análise das políticas públicas de Educação, especificamente o PNE (BRASIL, 2014) e a BNCC (2017, se fazendo necessárias preliminarmente algumas observações. Na abordagem do tema caracteriza-se a sociedade atual, com foco no trabalho, indicando suas implicações na educação escolarizada e não escolarizada, sendo a segunda aquela que ocorre no meio sociocultural como um todo, abordando-se assim o neoliberalismo na educação. Do PNE e da BNCC são destacadas as temáticas referentes ao lazer que são passíveis de serem tratadas a partir da Pedagogia Histórico Crítica.

A hipótese é a de que a problemática decorra do modelo econômico vigente e consequente modo de organização do trabalho, que interferem na educação e no lazer.

Neste texto a Educação é concebida como atividade que eleva a condição humana através de transformações oriundas da práxis, proporcionando o desenvolvimento da humanidade do homem, que se hominiza no e por meio do trabalho. Enquanto tal, o lazer também pode proporcioná-la por meio de processos reflexivos e críticos sobre a educação, o homem e a sociedade.

A educação progressista é assumida como possibilidade para transformações em uma sociedade de classes, perspectivando a superação da educação dualista, para a burguesia e para os trabalhadores, com finalidades distintas. Os primeiros seguirão para o ensino superior e os trabalhadores, para cursos de nível médio. De posse de conhecimentos superficiais, ocuparão os piores postos de trabalho e continuarão na marginalidade.

Historicamente a educação se põe como uma atividade inerente ao próprio processo de hominização, isto é, o processo pelo qual o homem se cria a si mesmo ao produzir os meios que lhe garantem a existência. Por isso a origem da educação coincide com a origem do próprio homem. Ou seja: o homem não nasce homem. Para chegar a ser homem ele precisa aprender, precisa passar pelo processo educativo. Assim, em cada etapa histórica é papel da educação tornar cada homem contemporâneo à sua época pela apropriação dos elementos essenciais acumulados historicamente. Eis porque no livro *Pedagogia histórico – crítica* define a educação como o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Está aí a função da educação na promoção do homem (SAVIANI, 2011, p. 217).

Também, o lazer, se constitui em esfera da vida social que eleva a condição humana quando incorpora a perspectiva histórica e a posição de direito social conquistado. "Do ponto de vista histórico-social, o lazer, em contexto mais amplo, foi uma ocorrência característica da sociedade moderna urbano-industrial, fruto de reivindicações sociais por um 'tempo de folga' conquistado sobre o trabalho" (WERNECK, 2000, p. 19-20).

De forma contextualizada e mais conectada a este ensaio o lazer é uma prática social e política quando é [...] "concebido como tempo e espaço possível para exercício da participação, da autoconsciência, da liberdade e da igualdade, aceito como importante dimensão da educação, da ação política e da relação hegemônica, prática social determinante para a emancipação humana [...]" (MASCARENHAS, 2006, p 80-81).

Portanto, na contemporaneidade, o desenvolvimento do lazer se atrela ao modelo de organização social vigente. "É então neste movimento de administração do tempo livre, de peleja contra os valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio, que podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial" (MASCARENHAS, 2006, p. 95).

Logo, o lazer e a Educação Educação, indissociáveis aqui são objetos de interesse do capital, sendo utilizados para obtenção do lucro, de várias formas.

Ainda, a prática da cultura popular vivida no interior dos grupos socioculturais se escasseia com as várias modificações ocorridas sob a ação da cultura de massas e precarização das formas de vida da classe trabalhadora. A insuficiência de políticas públicas de todas as áreas, além de não preservar o trabalho, restringe cada vez mais os direitos trabalhistas, com modificações ocorridas no ano de 2017, na CLT – Consolidação de Leis Trabalhistas (BRASIL, 2017) e na Previdência Social (SÃO PAULO, 2020).

Então, neste momento, o trabalho se distancia cada vez mais da realização pessoal e humana, para a imensa maioria das pessoas, que vivem para trabalhar, e desenvolvem trabalhos cada vez mais precários e rotativos. Há estratos ou grupos sociais que escolhem seus trabalhos e profissões e os realizam a partir do desejo, da autorrealização e da manutenção da vida para além das necessidades materiais. Trata-se de um grupo cada vez menor, que é regulado socioeconômica e politicamente. A reorganização do trabalho interfere direta e indiretamente no meio sociocultural, na política e conseqüentemente nos objetivos das políticas públicas educacionais, que interagem dialeticamente com todos os setores da vida social.

Depreende-se que a boa educação precisa ser materializada e que com isso, o lazer seja usufruído, ensinado, compreendido, aculturado e vivenciado de forma

mais consciente, natural, diversificada e atada ao desejo do sujeito social, político, cognoscível e com direitos.

A partir deste contexto, o objetivo deste ensaio é refletir, analisando a Educação e o lazer tendo em vista as mudanças da organização do trabalho e a realidade sociopolítica e econômica brasileira, na qual o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), se mostram significativos para o desenvolvimento da Educação, se abordados de forma condizente com o interesse da classe trabalhadora à luz da Pedagogia Histórico Crítica, que:

[...] está empenhada em produzir conhecimentos cientificamente fundamentados capazes, em consequência, de orientar eficazmente a prática educativa, constituindo-se, pois, numa orientação pedagógica crítica contraposta à orientação pedagógica de matriz pós-moderna, relativista e eclética que, sendo hegemônica na contemporaneidade, vem dificultando a solução efetiva dos graves problemas que enfrentamos em nosso país (SAVIANI, 2019, p. 58).

Este ensaio se justifica por conta do processo histórico que envolve a realidade social. Tanto o PNE quanto a BNCC foram configurados e reconfigurados por força das contradições entre as classes. A Pedagogia Histórico Crítica tem espaço a ocupar, proporcionando avanço no processo de democratização da educação.

## TRABALHO E TEMPO

O trabalho na sociedade capitalista neoliberal globalizada determina a configuração do tempo, do ritmo social e das relações intra e interpessoais. Antunes (2018) aborda a configuração do trabalho global e de prestação de serviço na era digital que ajudam na compreensão desta fase vivida socialmente, que transforma objetiva e subjetivamente a educação e o lazer, que por sua vez interferem sociopoliticamente, reproduzindo o *status quo*.

Para Antunes (2018) viveu-se socialmente uma fase de euforia a respeito do trabalho *on line* e digital com o desenvolvimento tecnológico, nas últimas décadas do século vinte, que no capitalismo atual culminou com a criação do mito da possível ampliação do tempo livre e até do fim do trabalho como é concebido. Mesmo com a criação deste mito ou do trabalho "celestial", como escreveu o autor, o contrário se confirma, o trabalho humano tem sido espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização para a imensa maioria das pessoas. O trabalho precário explicita a realidade vivida na sociedade global, deixando claro que a falta de trabalho para as populações empobrecidas, incluindo os imigrantes e refugiados as encaminham para práticas cada vez mais perigosas, rústicas, violentas e degradantes das condições de vida. Estas populações de trabalhadores, na divisão internacional do trabalho se concentram no sul do mundo: Colômbia,

Chile, Venezuela, China, Congo e África do Sul. Nestes países periféricos além da precariedade, trabalha-se mais e se ganha menos (ANTUNES, 2018).

No outro polo do mundo do trabalho, Antunes (2018) descreve a situação dos filhos das classes empobrecidas, que vivem de um tipo de trabalho de serviços, precarizado, repetitivo e braçal, no qual prevalece o isolamento, a individualização e a dessocialização por conta da não convivência entre os trabalhadores. É o novo proletariado de serviços.

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI (ANTUNES, 2018, p. 30).

O proletariado de serviços para Antunes (2018) se constitui dos desempregados que aumentam em escala global, que perdem direitos sociais, consequência da lógica do capital que ao mesmo tempo em que desequilibra a vida de milhões de pessoas levando-as ao trabalho informal, intermitente e precarizado, diminui ainda mais os ganhos dos trabalhadores que se submetem à ausência de contratos de horas de trabalho. A uberização se caracteriza como um tipo de trabalho prestado por um escravo digital, sem história, sem passado e sem futuro, que vive com insegurança e instabilidade.

Mas, mesmo assim, Antunes (2018, p. 23) pergunta: “[...] porque, apesar de tudo isso, o trabalho carrega consigo coágulos de sociabilidade, tece laços de solidariedade, oferece impulsão para a rebeldia e anseio pela emancipação? [...]”.

Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista em sua sociedade do trabalho abstrato-, ela se converte em mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato (ANTUNES, 2018, p. 26).

Em linhas gerais, Antunes (2018) descreve a precarização estrutural do trabalho, na atualidade, verificando elevadas taxas de suicídio e de intensas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, sobretudo se considerada a terceirização em vigor, também em escala global, que compõe uma estrutura acelerada de produção.

No Japão, cujo capitalismo de tipo toyotista inspirou os países ocidentais, as figuras dos jovens operários (decasséguis) que migram em busca de trabalho nas cidades e dormem em cápsulas de vidro são emblemáticas, como também o são as ocorrências mais recentes, em Tóquio, de jovens trabalhadores sem-casa, subempregados ou desempregados, que procuram refúgio noturno em cibercafés – sendo, por isso, denominados ciber-refugiados-, buscando encontrar algum trabalho ao mesmo tempo que descansam e interagem virtualmente. Eles se somam às diversas expressões, na ponta mais precarizada, do que Ursula Huws designou como *cibertariado*, do *infoproletariado*, ou ainda dos *intermitentes globais* (ANTUNES, 2018, p. 29).

Navarro (2006) questionava se era possível pensar em tempo livre em sociedades capitalistas, em momento de tecnologização dos processos produtivos e de desregulamentação do trabalho, incluindo subcontratações e terceirizações. Para a autora este tipo de reconfiguração do trabalho prejudicava a saúde e diminuía o tempo livre das pessoas. De lá para cá o trabalho está mais escasso e surge um novo proletariado, que em muitos casos não “existe” formalmente. Este grupo está o tempo inteiro “disponível” para qualquer atividade. Não existindo organização temporal nem condições satisfatórias para o desenvolvimento pessoal e educacional, a fruição e o convívio social. Esses trabalhadores que vivem do que ganham ou não, diariamente, não contam com assistência social (ANTUNES, 2018).

Navarro (2006) considera então, que a crise no mundo do trabalho, na sociedade capitalista e aqui se acrescenta a falta de entendimento da dinâmica da vida social, repercute negativamente para os trabalhadores, porque também houve aumento do tempo de trabalho e conseqüente diminuição do “tempo livre”.

A escassez do emprego e conseqüente aumento do exército de reserva na atualidade desqualificam os trabalhos, as relações interpessoais, a saúde e a vida social como um todo.

Esse quadro complexo de mudanças compromete o “tempo livre” do trabalhador, seja quando há uma extensão compulsória desse tempo por causa do desemprego, seja quando há uma redução desse tempo por causa da intensificação do trabalho para aqueles que ainda permanecem empregados (NAVARRO, 2006, p. 66).

Se a diminuição da jornada de trabalho, historicamente já foi compensada pela burguesia, pela elevação do consumo pela própria classe trabalhadora, agora decresce o consumo, por impossibilidade aquisitiva dos que não conseguem trabalhar.

Lucro e consumismo distanciam o trabalho da relação valiosa que pode haver entre homem, natureza e produção sociocultural. Mas, os homens são responsáveis por sua história e refletir sobre as suas necessidades reais é tarefa que se faz por meio das investigações, análises e estudos dos processos

sociopolíticos que desencadeiam mudanças na organização social, possíveis por meio do avanço coletivo em várias frentes. A Educação progressista tem papel relevante a desempenhar e neste estudo a Pedagogia Histórico Crítica é abordada no processo sócio-histórico por articular vários aspectos da vida social, a favor do proletariado.

## NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

A educação se encontra vulnerável em tempos de capitalismo transnacional, no Brasil, que passa por crise política com a presença de um governo de extrema direita, realizando mudanças negativas no tratamento das políticas de educação, saúde, lazer e cultura, entre outras. Há desfacelamento da educação básica à pós graduação, com ações de desmonte a começar pela contenção de gastos públicos com saúde e educação, pelos próximos vinte anos, a partir de 2020, devido aos efeitos da Emenda Constitucional n. 95 que instituiu novo regime fiscal (BRASIL, 2016).

Já se acena no horizonte o oferecimento de educação por meio de vouchers. A este respeito, Freitas (2018) desenvolveu estudos relevantes sobre a Educação e as classes sociais nos Estados Unidos.

A ideia dos *vouchers* para manter processos de segregação racial nos anos 1950 foi vendida pelo liberalismo como “direito democrático” dos pais a escolher a escola de seus filhos”, mais tarde remasterizado também como o “direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que os ricos frequentam”. Como veremos, a experiência mostrou que esta proposta continuou seu caminho original de amplificar a segregação das escolas (não só por raça, mas por gênero e nível socioeconômico), criando “trilhas” que escolhem os estudantes segundo o dinheiro que carregam-no bolso: uma elite (branca e mais rica) estuda em escola privada e quando necessário tem os *vouchers* para pagá-la com dinheiro público; uma classe média branca estuda em escolas privadas de menor custo ou públicas terceirizadas e pode também pagá-las com *voucher*, adicionando algum pagamento extra; e os muito pobres (e negros) continuam estudando nas escolas públicas que sobreviveram à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade (FREITAS, 2018, p. 18).

A retomada do liberalismo, o neoliberalismo, ocorrida nos Estados Unidos e na Inglaterra, expandiu-se para a América Latina, com a instauração do livre mercado, por meio de um grupo de economistas apoiados por capitalistas americanos, com o intuito de dissipar a ideia de liberdade econômica para acúmulo da propriedade privada por “méritos próprios”, estimulando massivamente o darwinismo social (FREITAS, 2018).

No Brasil, hoje com a tendência de privatização da educação para os estratos empobrecidos da população, com o estímulo para o ensino à distância para o



ensino médio e para o ensino superior, a educação propriamente dita não é assunto em voga no governo federal, considerando o interesse do capital financeiro e o desmonte do Ministério da Educação<sup>2</sup>, que impactam no Estado de Bem Estar Social.

A “nova direita” e seus aliados passam a implementar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação (FREITAS, 2018, p. 22).

A partir de então e principalmente após a eleição para presidente, de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, eliminam-se as expectativas para a transformação social, uma vez que a educação passa a ser vista como empecilho e a ser atacada e controlada, para a materialização do projeto neoliberal em execução.

Considerando-se o momento sociopolítico e econômico é essencial não perder de vista o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014) como uma alternativa construtiva, para a recuperação dos rumos da educação pública, gratuita e laica de qualidade, fazendo parte da organização do movimento de resistência política, por aqueles que lutam pela democratização da sociedade.

Não por acaso o PNE, não se consubstanciou para além da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, entre tantas outras metas que continha, devendo ser a Base analisada para sua reconstrução.

## **O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

### **SOBRE O PNE**

A análise do PNE e da BNCC se realizam sob inspiração do materialismo histórico e dialético. O período analisado repercute historicamente, nas últimas quatro décadas de desenvolvimento não só das políticas neoliberais no Brasil, mas também da Pedagogia Histórico Crítica.

Na Pedagogia Histórico Crítica, Saviani (2008), partindo da totalidade e da historicidade entende que a melhor educação deve ser oferecida para todos, sobretudo, para aqueles que dela necessitarão para sobreviverem econômica e sociopoliticamente, defendendo os interesses da classe dos trabalhadores. Porém, os grupos dominantes não permitem acesso à boa educação para a classe

---

<sup>2</sup> O atual ministro da Educação é o quarto a ocupar o cargo desde a posse do presidente da república, em janeiro 2019.

proletária, sendo necessário que os trabalhadores se empenhem na defesa dos seus interesses.

Nós travamos esta luta, entre uma educação ao serviço da ordem dominante, que se empobrece na medida em que essa ordem é empobrecedora da realidade, e uma educação que seja enriquecedora do homem. É claro que essa outra educação só se pode desenvolver na medida em que está articulada com aqueles que têm interesse nessa nova educação, ou seja, os trabalhadores (SAVIANI, 2011, p. 151).

É necessário que os sujeitos tenham consciência de classe e que construam uma visão de mundo, de sociedade e de homem desejável em sociedades democráticas, totalitárias ou não.

Então, para o proletariado, a educação precarizada tem servido para a instrumentalização do mercado de trabalho, e para a acomodação às incertezas de emprego, não se aprendendo muito, mas “aprendendo a aprender” com rudimentos de conhecimentos ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades a preparação do operário submisso e conformado, do técnico de nível médio, tem sido objetivo da escola pública brasileira.

Historicamente para os alunos das classes dominantes, as escolas atuam com a politecnia, a qual aprofunda conhecimentos científicos para o desenvolvimento intelectual e, tendo como objetivo o ensino superior e a consequente ocupação dos melhores espaços socioculturais, profissionais e de comando na sociedade.

Nessa sociedade na qual a educação dualista se materializa, Saviani (2008) defendeu o Plano Nacional da Educação – PNE como possibilidade de instauração da sociedade do conhecimento, que esteve em voga nos discursos sobre a educação e o trabalho, na última década.

Nessa perspectiva, tenho cobrado coerência do discurso que está na boca de todos, com destaque para os empresários e políticos. Se é consenso que, na sociedade do conhecimento, a educação formal é a chave sem a qual todas as portas tendem a ser fechadas, pois sem essa chave os indivíduos ficam excluídos e as organizações, inclusive as empresas, perdendo em produtividade, acabam tragadas na voragem da competitividade, então cabe assumir esse consenso elegendo a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país. Isto é: o ponto de partida do desenvolvimento do país será o investimento maciço na educação [...] (SAVIANI, 2011, p. 200).

Para materialização do Plano Nacional de Educação - PNE (2014 – 2024) (BRASIL, 2014), havia previsão que o aumento do percentual do PIB – Produto Interno Bruto chegaria após dez anos, a 7%, pois o conjunto de metas dependeria da área do financiamento e da gestão. Sua materialização seria possível se fosse

confirmado o interesse pela ideia de sociedade do conhecimento, destacando-se “[...] não apenas a importância social, política e cultural da educação, mas especialmente sua importância econômica” (SAVIANI, 2011, p. 210). No entanto, não foi isso o que se verificou até o momento, com a BNCC, sobretudo a do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e com os cortes financeiros para a área.

No Plano Nacional de Educação – PNE (2014 -2024) há metas que se relacionam com o lazer, direta e indiretamente e que convergem para a educação e a sociedade do conhecimento. Entre elas, destaca-se a meta 2:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 17).

Para a implementação da meta 2 foram previstas 13 estratégias, dentre as quais, por sua importância junto a este estudo, apresenta-se:

Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais, para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural (BRASIL, 2014, p. 18).

Para alcance da meta 2, há necessidade ampliação de gastos e não de diminuição como vem ocorrendo desde 2017. O não financiamento inviabiliza o seu alcance.

E, “promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do esporte educacional e de desenvolvimento esportivo nacional” (BRASIL, 2014, p. 19). O espaço foi criado, mas também esbarra no financiamento e no desmonte do ministério do esporte, incorporado ao ministério da cidadania, atualmente sob responsabilidade da ministra Damares Alves, que subutiliza as verbas destinadas à pasta.

A meta 3 previa “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (BRASIL, 2014, p. 19). Para alcance desta meta a estratégia prevista é:

Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e

esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais (BRASIL, 2014, p. 19).

A meta 3 inclui aquisição de equipamentos, construção de laboratórios e a formação continuada de professores, por isso também está inviabilizada dada as restrições orçamentárias para a Educação Básica, o Ensino Superior e a Pós-graduação nas universidades federais.

Também foi prevista a estratégia: “garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar” (BRASIL, 2014, p. 20).

Para a mesma meta ainda se apresenta a estratégia:

[...] fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar (BRASIL, 2014, p. 21).

Em relação ao Ensino Médio, a BNCC aprovada no apagar das luzes, no ano de 2017 desconfigurou a terminalidade da Educação Básica, reduzindo o acesso às áreas de conhecimento para os alunos, encaminhando os estudantes das escolas públicas, mais precocemente, para o mercado de trabalho.

A meta 6 do PNE: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014, p. 28), previu entre outras, a estratégia de “promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas [...]” (BRASIL, 2014, p. 28).

E, como estratégia:

Institucionalizar e manter em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios [...] (BRASIL, 2014, p. 29).

Também, “fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários” (BRASIL, 2014, p. 29).

Por fim, para a meta 6, a estratégia de “adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais” (BRASIL, 2014, p. 30).

Para tal, as expectativas também são negativas, sobretudo, por conta do desmonte do Ministério da Educação, que se encontra com o quarto ministro à sua frente, caracterizando um estado de caos, descaso e estagnação da educação brasileira. E, pela ampliação das escolas militares em todo o território nacional.

## **SOBRE A BNCC**

Não perdendo de vista os embates próprios do processo de constituição da realidade, e em relação à Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BRASIL, 2017), Cury (2018) explicita o processo histórico de sua concepção e desenvolvimento. É uma diretriz que deverá sustentar a construção dos currículos nas escolas brasileiras. No entanto, o autor discute a confusão existente entre a sua função e a assumida ou materializada, de ser a BNCC, o próprio currículo. Além deste aspecto muito relevante, debate a finalidade da Base para a educação brasileira.

A elaboração de uma base nacional comum curricular tem a ver com a constituição de uma cidadania portadora de representatividade e de participação. E a educação escolar é uma forma de viabilizar esta vida cidadã nos espaços de uma coesão nacional que garanta os princípios de igualdade e da liberdade.

Por sua vez, o Brasil, Estado Republicano desde 1889, optou pela forma federativa de distribuição de poderes e de competências entre o Estado Nacional e os entes federados subnacionais (CURY, 2018, p. 48).

Assim consideradas as características, por conta do processo republicano e democrático, a constituição da BNCC refletiu-se complexa no período sócio histórico e político.

Certamente que, à oscilação autoritarismo x Estado de Direito, não correspondeu linearmente ao dirigismo curricular x liberdade de criação. Mas é notório que o “vigiar” de modo mais direto a estruturação de currículos, programas e a produção de livros didáticos se aproxima mais dos regimes fechados. Sabe-se que nestes o detalhamento é mais uma forma de verticalismo homogeneizador do que com respeito às diferenças. E nos regimes politicamente mais abertos, o programa dos currículos nacionais unificados é mais flexível e propositivo. Espera-se, pois, destes últimos, maior sensibilidade, respeito à diferença sem deixar de contemplar aquilo que deve ser comum em um Estado Nacional (CURY, 2018, p. 48-49).

Sobre a universalização do conhecimento, Cury (2018) analisa que a BNCC carrega um sonho iluminista, de distribuição igualitária e de universalização da educação:

Sonho esse que foi apropriado pela burguesia para legitimação de seus interesses com o estabelecimento de crenças e padrões adequados em uma sociedade marcada pela desigualdade. Ocorre que, mesmo com a desigualdade como questão estruturante, a educação escolarizada pretende promover a equidade de conhecimentos compreendidos como essenciais para proporcionar uma maior igualdade de oportunidades nas disputas por um lugar no mercado de trabalho e o exercício da cidadania (CURY, 2018, p. 53).

As análises de Cury (2018) deixam claro que o papel da educação é restrito, considerando a causa das desigualdades sociais e que por isso, “[...] pensar o papel do currículo na correção das desigualdades é uma tentativa ingênua de deslocar os processos de escolarização do contexto de uma sociedade profundamente desigual”, alertando para o potencial e para os limites de transformação social a partir de políticas educacionais (CURY, 2018, p. 54). A ideia da igualdade é abordada a partir dessa perspectiva crítica, historicamente situada com apontamento pelo autor do interesse dos defensores da BNCC inclusive com a menção de Fundações que vislumbraram a reforma da educação a partir da ótica do empresariado, da realidade histórica e dos interesses das classes.

Crises são oportunidades para reformas que aprofundam as desigualdades, proporcionando medidas que restringem os direitos em prol dos privilégios. Verbas para programas sociais são cortadas, há o aumento vertiginoso do desemprego e medidas que poderiam equacionar o acesso à educação são inibidas em prol da maximização dos lucros de poucos e manutenção das desigualdades, ou melhor, aprofundamento das desigualdades (CURY, 2018, p. 77).

A BNCC no bojo de outras ações políticas do governo de Michel Temer, em 2017 prejudicou a classe dos trabalhadores por superficializar o ensino a partir da sua abordagem tecnicista, sustentada no desenvolvimento de competências e habilidades.

Na educação infantil o desenvolvimento das competências e habilidades se sustentam nas interações e no brincar. A área de conhecimento de linguagens inclui artes e educação física que são as que abordam a cultura lúdica de forma direta. Neira (2018), autor que defende a diversidade cultural como forma de se dar voz aos mais frágeis socialmente, ao pesquisar a BNCC para Educação Física critica a falta de justificativa para a inclusão da Educação Física na área de linguagens e a não abordagem da cultura corporal.

No ensino fundamental a lógica do desenvolvimento é mantida e para arte há proposição do “fruir”. Em relação à Educação Física, aparentemente esta permite vinculações com o jogo, para além da visão instrumental até às práticas

corporais de aventura. No entanto, Neira (2018) conclui que a abordagem tecnicista e instrumental prevalece na BNCC da Educação Física, a qual inviabiliza a reflexão sobre a realidade e o desrespeito à diversidade de culturas limita o potencial sociopolítico.

[...] A opção por um currículo baseado em competências e habilidades prescritas reduz as possibilidades pedagógicas do professor e ressoa na formação dos estudantes. Também é inconsistente a fundamentação para o ensino da educação física, a começar pela ausência de argumentos que justifiquem sua inserção na área das linguagens e o que isso significa em termos didáticos [...] (NEIRA, 2018, p. 222).

O Ensino Médio também segue lógica do desenvolvimento de competências, com a composição das áreas de conhecimento que inclui tecnologias e com a exclusão da área de Ciências Humanas e Sociais.

## **O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA**

Após a abordagem do PNE e da BNCC observa-se que o primeiro permite proposições progressistas, que não se consubstanciaram na BNCC, para a Educação e o lazer. Além das inconsistências entre proposições e bases teóricas, entre outros aspectos, o quadro político inviabiliza materializações para alcance das metas.

Os processos formativos sustentados no neoliberalismo e na teoria das competências afetam os professores em sua prática profissional que reverbera socialmente. E, as políticas de manutenção de quadros, via organização das carreiras dos docentes se encontram em desmonte nos Estados brasileiros, com governos de extrema direita, via alterações previdenciárias, com ampliação do tempo de serviço dos profissionais da Educação. O piso salarial nacional dos professores ainda não se materializou suficientemente (BRASIL, 2008).

Como na ordem econômica atual não há trabalho para todos e a economia cresce mesmo com altas taxas de desemprego, a educação passou a destinar-se ao “aprender a aprender”, tornando os estudantes das escolas públicas, desde a Educação Básica, aptos a competirem e a produzirem cada vez mais no mercado de trabalho. Também se estimula a inclusão social por meio do “empreendedorismo” (SAVIANI, 2019).

Essa visão se propagou amplamente na década de 1990, como se pode constatar pela sua forte presença no “Relatório Jacques Delors”, publicado pela UNESCO em 1996, como resultado dos trabalhos da comissão que, entre 1993 e 1996 se dedicou a traçar as linhas orientadoras da educação mundial no século XXI, Essa mesma orientação foi assumida como política de Estado por meio

dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborados por iniciativa do MEC para servir de referência à montagem dos currículos de todas as escolas do país (SAVIANI, 2019, p. 53).

Desde então, predominam práticas que “[...] se manifestam com características “light”, espalhando-se por diferentes espaços, desde as escolas propriamente ditas, passando por ambientes empresariais [...]”. E, “[...] sem maiores exigências de precisão conceitual e rigor científico, bem ao gosto do clima pós-moderno” (SAVIANI, 2019, p. 53).

Além disso, a abordagem neoconstrutivista em Educação propalou a teoria do professor reflexivo, “que valoriza os saberes docentes centrados na pragmática da experiência cotidiana. Assim, compreendemos também o elo com a chamada pedagogia das competências” (SAVIANI, 2019, p. 55).

Então, do PNE, a BNCC está se materializando para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, nos sistemas de ensino, com as restrições próprias de políticas instauradas verticalmente, descontextualizadas, com desconsideração das “culturas”. Além de outras barreiras próprias do sistema, sem o financiamento necessário e com abordagem superficial do conhecimento.

A BNCC para o Ensino Médio foi aprovada sem considerar as várias manifestações contrárias, das associações de pesquisa brasileiras e de profissionais da educação. A principal crítica diz respeito aos trajetos curriculares e à sua escolha prematura, pelos alunos das escolas públicas que são lançados precocemente no mercado de trabalho. Para estes alunos faltam conhecimento científico, estímulo e preparo para seguirem estudos em nível superior.

Cury (2018, p. 129), entende que “ter a BNCC como prescrição ignora o potencial curricular do cotidiano, das experiências vividas, das problematizações não respondidas, das violências sofridas, das desigualdades naturalizadas, que necessitam ser incorporadas ao conhecimento a ser escolarizado”.

O PNE se apresenta rico em demandas que vão desde a educação em tempo integral, até a ampliação da visão da Educação para a Educação no e para o lazer, a arte, a cultura e o esporte. No entanto, sob a lógica neoliberal os cortes se avolumam, inviabilizando as estratégias e alcance das metas previstas. Dialeticamente e para o enfrentamento necessário, torna-se urgente a abordagem das temáticas do PNE, aprofundando os conhecimentos necessários para compreensão do contexto, de forma crítica, possível a partir da Pedagogia Histórico Crítica.

A totalidade histórica permite o tratamento de temas da vida social de forma engendradora então, a Educação, o trabalho, o tempo e o lazer, na sociedade capitalista devem ser debatidos para análise e enfrentamento das formas de



organização social que inviabilizam a tomada de consciência, que permita mais e melhores escolhas, para a maioria.

Isso por si só caracteriza uma posição progressista, tendo em vista a constância de atividade dos aparelhos ideológicos, que persuadem a realidade. A crença na naturalização das formas de organização das instituições sociais inviabiliza ações de desacordo, que podem advir de processos educativos, educacionais, formais, na escola, fora dela e no lazer.

Para isso, a Pedagogia Histórico Crítica é essencial uma vez que não coaduna com o capital e se sustenta no materialismo histórico-dialético. Assume a ação política, quando leva à compreensão dos lazes, pois “entende a educação como mediação no interior da prática social, com base na qual foi construída a metodologia da pedagogia histórica crítica definida em cinco momentos” (SAVIANI, 2019, p. 120).

O primeiro momento, “a prática social” que é comum aos alunos e professor e é apreendida pelo docente de forma sintética e pelos alunos de forma sincrética. O segundo, concebido como momento da “problematização” de aspectos da realidade, nos quais a educação pode intervir. O momento seguinte é o da “instrumentalização”, em que se apropria de instrumentos teóricos e práticos para responder aos problemas. O quarto momento é a “catarse”, “entendida na acepção gramsciana de “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”. Fase na qual se atinge o ápice do processo pedagógico”, quando ocorre a efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social. Por fim, o quinto momento, da metodologia, o retorno à “prática social”, que não será mais compreendida em termos sincréticos pelos estudantes que avançarão para o nível sintético tendo o docente uma compreensão cada vez mais orgânica. (SAVIANI, 2019, p. 120 – 121).

A Pedagogia Histórico Crítica imuniza as pedagogias hegemônicas nas escolas ao mesmo tempo em que as transforma em espaços para apropriação de conhecimentos para a libertação dos trabalhadores “da situação de dominação pelo capital em que se encontram na sociedade atual” (SAVIANI, 2019, p. 122).

[...] Cabe, portanto, educá-los para viver nessa sociedade, o que implica conhecê-la o mais profundamente possível. E conhecer significa não apenas deter informações, mas compreender as relações, compreender as determinações que se ocultam sob as aparências dos fenômenos que se manifestam empiricamente à nossa percepção. Conhecer implica, então, captar o movimento que nos permite entender como nasceu essa sociedade, de onde ela surgiu, como se encontra estruturada, quais as contradições que a movem definindo as tendências de seu desenvolvimento e apontando para as possibilidades de sua transformação numa nova forma de ordem superior, que somente poderá ser instaurada pela ação efetiva, intencional e organizada das forças sociais que hoje se

encontram subjugadas e, por isso, têm todo o interesse e buscam lutar para mudar as condições vigentes e instaurar outro tipo de sociedade, em que as relações entre os homens encaminhem coletivamente o pleno desenvolvimento das forças produtivas humanas em benefício de toda a humanidade (SAVIANI, 2019, p. 130).

Todas as temáticas, espaços e equipamentos de lazer destacados neste estudo, no PNE e na BNCC, são passíveis de abordagem pela Pedagogia Histórico Crítica, neste momento de crise estrutural do capitalismo global.

O advento da crise estrutural, que irrompe exatamente quando o capital estende seu domínio sobre todo o planeta, coloca a exigência de sua superação abrindo uma nova era que podemos denominar de transição ao socialismo. Nessa nova era torna-se necessário que os movimentos sociais populares ascendam à condição de movimento revolucionário, realizando a passagem das lutas conjunturais à luta unificada da classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade (SAVIANI, 2019, p. 158).

Considera-se que a abordagem do lazer pela Pedagogia Histórico Crítica na escola e na Educação interferirá sobejamente no lazer fora da escola. Tal abordagem contra-hegemônica, não será adotada em políticas públicas no modelo de organização vigente. Assim, a Pedagogia Histórico Crítica deverá servir “como uma arma nas mãos dos trabalhadores para instaurar relações educativas que correspondam às suas necessidades e aspirações” (SAVIANI, 2019, p. 159).

## **À GUIA DE CONCLUSÕES**

Conclui-se que há necessidade de organização de movimentos de resistência que confluam para a transformação estrutural da sociedade, com a educação progressista que impeça o avanço do neoliberalismo na educação. A abordagem da Educação e do lazer pela Pedagogia Histórico Crítica permite ampliar a participação popular em vários setores, incluindo os conselhos municipais. E, desenvolvendo conhecimentos aprofundados da realidade que não é estática. Desconstruindo a dualidade do sistema educacional brasileiro, o que inclui a luta incessante por condições mais adequadas de trabalho para os professores e demais profissionais da Educação.

É necessário atuar com a educação e o lazer, à luz da Pedagogia Histórico Crítica recusando a imposição de padrões culturais que destroem as culturas locais, regionais e nacional, refletindo sobre o corpo coisificado, o trabalho e o tempo e a indústria cultural, corroborando com o processo de resistência e de transformação social.

Faz-se imperioso divulgar a Pedagogia Histórico Crítica nas Universidades, nos cursos de graduação e pós-graduação. Ampliar as linhas de pesquisa e os

grupos de pesquisa, que incluam as políticas públicas nas várias disciplinas, que avolumem a produção acadêmico científica com perspectiva progressista.

A BNCC padroniza a cultura que pode ser diversificada quando abordada pela Pedagogia Histórico Crítica, demandando exclusão das habilidades socioemocionais previstas, para padronização de hábitos, a partir da teoria das competências que avança com a teoria do professor reflexivo, sendo necessária a luta por sua revisão, sobretudo a do Ensino Médio, pelo prejuízo que representa para a geração de jovens por ela impactada, da escola pública.

É primordial que a Educação seja retirada da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2016), para a garantia de investimentos por meio do Plano Nacional de Educação.

A competição entre desiguais resulta em perdedores e a Pedagogia Histórico Crítica favorece as transformações necessárias à igualdade de condições entre os sujeitos. A situação desfavorável da classe trabalhadora, no mundo do trabalho, na educação e no lazer só pode ser superada com movimentos de resistência que a incluam, porque tal abordagem colabora com a organização necessária para o rompimento com o modelo capitalista, de modo a garantir a vida em plenitude para todos.

## NOTAS

### CONFLITOS DE INTERESSE

A autora não tem conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

### AUTORIA E COAUTORIA

A autoria é responsável pelos conteúdos do texto.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL, Lei n. 11738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jul. 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 dez. 2016.

BRASIL. Lei n. 13467, de 13 de julho de 2017. Altera a CLT – Decreto Lei n.5452, de 01 de maio de 1943. *Diário da Oficial da União*, Brasília, 14 jul. 2017.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Acesso em 10 de agosto de 2019, Disponível em:  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magal; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. *Base nacional comum curricular: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. Expressão Popular: 2018.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. (Org.) *Dialética do lazer*. Cortez, São Paulo, 2006.

NAVARRO, Vera Lúcia. *Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital*. In: PADILHA, Valquíria. (Org.) *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências inconsistências da BNCC de educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Brasília, v. 40, n. 3, p. 215-223, maio. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Lei complementar n. 1354 de 06 de março de 2020. Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 de março, 2020.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. *Educação em diálogo*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico – crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2019.

WERNECK, Christianne Gomes. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Recebido em: 16 ago. 2020  
Aprovado em: 16 abr. 2021

---

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

---

*A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:*

